

JORNAL DE BRASÍLIA

TRIBUNA DA CIDADE

ROSE MARY MIRANDA

Negligências em hospital público

Quando um cidadão vai em busca de uma repartição pública na procura de informação ou algum outro tipo de atendimento, mais do que os direitos assegurados na Constituição Federal, ele espera ser atendido, no mínimo, com educação e respeito à sua pessoa, seja ela de qualquer nível de escolaridade ou condição financeira. Nestas circunstâncias, a questão se torna de maior relevância quando o cidadão procura um hospital, posto médico ou centro de saúde para si ou alguém de sua família. Pela própria natureza da situação, essa pessoa está abalada emocionalmente, necessitando sobremaneira de um atendimento, se não carinhoso, pelo menos atencioso.

Infelizmente não é o que presenciamos por dois finais de semana consecutivos no HRAN — Hospital Regional da Asa Norte. A maneira como as pessoas estão sendo recebidas, logo na triagem, provoca revolta e indignação. Por dois domingos levei uma pessoa de minha estima para tratamento emergencial no HRAN. Na primeira vez, chegamos ao hospital à meia-noite, do dia 28 de janeiro passado; na segunda vez, às 12h30, do dia 7 de fevereiro.

Todos os procedimentos de rotina foram feitos, tais como identificação, preenchimento de fichas etc.

De imediato, percebe-se que o tratamento dispensado mostra que aquelas pessoas estão fazendo "um favor" em atender. Como cidadã e parlamentar, poderia exigir do



"Presenciamos nos corredores do hospital um atendimento nada cortês e em alguns casos até desumano"

chefe de plantão do hospital explicações para tratamento tão desrespeitoso por parte de funcionários, pagos com dinheiro do contribuinte, para com todas aquelas pessoas que buscam alívio para suas dores. Preferi o anonimato para ver e sentir até onde ia a falta de sensibilidade de daqueles "servidores".

Sem querer incorrer no perigo das generalizações, o que presenciamos nos corredores do hospital foi um atendimento indiferente, nada cortês e em alguns casos até mesmo desumano, sem falar na própria má vontade de atender. A saúde, para quem não sabe, é um direito de todos e um dever do Estado, como prega a Constituição. Da mesma forma, cabe ao Estado coibir que os seus agentes pratiquem uma forma tão desrespeitosa de atendimento aos cidadãos, preparando-os através de treinamento específico.

Diante do caos e da falta de atenção para com todos os pacientes que se encontravam no pronto-socorro do HRAN e do descaso de alguns médicos e atendentes, fiz valer meu mandato de deputada distrital, exigindo para aqueles que ali estavam um tratamento mais humano e explicações respeitosas. A minha iniciativa mereceu apoio de todos, que aproveitaram para relatar fatos desagradáveis por que passam quando necessitam de atendimento médico.

A experiência desses dois domingos mostrou que, para que possamos ajudar a população e o próprio Executivo na tarefa de cuidar da saúde do brasiliense, é necessário propor medidas que evitem fatos dessa natureza. A princípio, vamos sugerir à Câmara Legislativa a criação de uma comissão parlamentar para percorrer os diversos hospitais da Fundação Hospitalar do Distrito Federal nos finais de semana, para avaliarmos as condições de atendimento dispensadas à população.

Os servidores da saúde, tão exigentes com relação às questões salariais — aliás um direito legítimo —, poderiam também dispensar um pouco mais de ternura e atenção aos cidadãos que buscam nos hospitais alívio para seus males. Às vezes, um gesto de carinho e de afeto humano tem um poder de cura incommensurável. A despeito de todas as dificuldades que os profissionais de saúde enfrentam no seu dia-a-dia, até porque são seres humanos e têm seus próprios problemas, um pouco de atenção é o mínimo que todo ser humano quer e pede.

■ **Rose Mary Miranda é deputada distrital pelo PP**